

上訴案第 272/2021 號

上訴人：A (A)

澳門特別行政區中級法院合議庭判決書

上訴人 A 在第三刑事法庭合議庭普通刑事案第 CR3-18-0369-PCC 號因以直接共同正犯及既遂方式觸犯一項由澳門《刑法典》第 204 條第 2 款 b 項、結合同一法典第 198 條第 1 款 a 項及第 196 條 a 項所規定及處罰的「加重搶劫罪」而被判處 4 年實際徒刑，並須與同案被判刑人以連帶責任方式向被害人支付港幣 46,000 元及人民幣 4,600 元的賠償金。

判決已生效，現正在服刑，上訴人將於 2022 年 6 月 13 日服完全部徒刑，並且已於 2021 年 2 月 13 日服滿了 2/3 刑期。

刑事起訴法庭為此繕立了第 PLC-086-19-1-A 號假釋案。在此案中，尊敬的刑事起訴法官於 2021 年 2 月 13 日作出批示，否決了上訴人的假釋。

上訴人 A 不服上述決定，向本院提起上訴。

1. 上訴人對原審法院否決給予其假釋之決定表示應有的尊重，但不能予以認同。
2. 根據澳門《刑法典》第 56 條第 1 款的規定，是否給予假釋取

決於有關的形式要件和實質要件是否同時成立。

3. 上訴人已於 2021 年 2 月 13 日服完刑期的三分之二且至少已服刑六個月，因此，上訴人毫無疑問地已符合澳門《刑法典》第 56 條第 1 款所規定之假釋的形式要件。
4. 實質要件指的是在綜合分析了被判刑者的整體情況並考慮到犯罪的特別預防和一般預防的需要後，法院在被判刑者回歸社會和假釋對法律秩序及社會安寧的影響兩方面，均形成了有利於被判刑者的判斷。
5. 在特別預防方面，要求法院綜合上訴人在服刑過程中的表現，包括個人人格的重新塑造，服刑中所表現出來的良好行為等因素而歸納出上訴人能夠重返社會、不會再次犯罪的結論。
6. 上訴人為初犯，屬首次入獄，至今已經過了兩年九個月的牢獄生活。
7. 上訴人在服刑期間，行為良好，沒有任何違規紀錄，屬於信任類，其行為總評價為“良”。
8. 於服刑期間，上訴人為向被害人作出賠償，其曾申請參與職訓工作，但因健康狀況而不獲批准，此外，上訴人亦善用其服刑的時間以為將來重返社會作準備，其曾申請報讀教育課程，於消閒時閱讀書籍報刊，以及參加獄中的活動，包括宗教活動及倉務員培訓課程等。
9. 上訴人將於獲釋後返回內地與家人一同生活，其已在內地獲聘請於一所職業培訓學校工作。
10. 假釋報告中對於上訴人的活動、表現、家庭狀況及未來規劃方面之描述，均有利於給予上訴人假釋。
11. 因此，製作假釋報告之社會援助、教育及培訓處的技術員建議批准上訴人的假釋申請。
12. 監獄獄長同樣亦建議給予上訴人假釋。(見卷宗第 7 頁)

13. 原審法院在被上訴批示中，也對上訴人之表現作出肯定：“(…)對於囚犯上述積極爭取參與獄內活動的正面服刑表現，應予以肯定。就有關判罪，囚犯表示自己當日來澳後因賭敗而犯下有關搶劫罪行，經歷牢獄教訓其已深感後悔且已作出深刻反省，並承諾出獄後會分期支付仍欠之賠償金，由此亦可體現其悔改之誠意。誠然，上述穩定正面的服刑表現屬在特別預防方面顯示對囚犯提前釋放屬於有利的因素(…)無可否認，囚犯在入獄後的行為表現，特別是在主觀意識上的改變，均體現出有利其重新納入社會”。(見卷宗第 47 頁及其背頁)
14. 經過牢獄生活，上訴人已對其所犯罪行作出深刻反省並深感後悔，並明白到作出犯罪行為不但危害社會，同時也對家庭帶來負面影響，其已汲取了本次教訓，並努力改造自己以為回歸社會作好準備，其決心痛改前非，並以負責任的人生態度行事，守紀守法，以及承諾盡快補償對被害人所造成的損失以為其過錯承擔責任。(見卷宗第 15 至 17 頁，以及第 36 至 37 背頁)
15. 可見，有關徒刑已對上訴人達到了特別預防的效果，通過刑罰之教化功能，上訴人已深深地認識到自己所犯罪行之錯誤及其嚴重後果，並作出真誠及徹底的悔悟，可以確信倘上訴人提早獲釋將能以負責任的行為方式重新融入社會及不再犯罪。
16. 因此，上訴人已符合澳門《刑法典》第 56 條第 1 款 a)項的規定。
17. 在一般預防方面，其集中在維護社會法律秩序的要求上，綜合所有的因素可以讓我們得出罪犯一旦提前出獄不會給社會帶來心理上的衝擊。
18. 而對維護法律秩序及社會安寧方面之理解必須與被判刑者在服刑期間人格的演變及其重新融入社會的能力方面相結合。
19. 除給予應有之尊重外，上訴人認為其所犯下被判刑之罪行本身並不構成否決假釋之充分理由，而是應考慮上訴人入獄後的行

為，以證明其人格的正面及積極的轉變、在將來能以對社會負責任之方式生活而不會再次犯罪，以及給予其假釋並不會對維護法律秩序及社會安寧方面造成影響。

20. 重申，上訴人因實施上述犯罪而被判處 4 年實際徒刑。至今，上訴人已於牢獄中服刑兩年九個多月。
21. 不管上訴人所犯罪行有多嚴重，法律已給予其應有的懲罰，上訴人亦認為在犯罪預防方面不能過於側重要求一般預防的作用，而忽視了特別預防的作用，從而使人們產生“嚴重罪行不能假釋”的錯誤印象。
22. 事實上，僅當提前釋放上訴人與維護法律秩序及社會安寧方面不相容時，一般預防方成為假釋之障礙。
23. 透過上述上訴人在獄中之良好行為表現以及其人格的正面及積極的演變，可以確信上訴人將能以對社會負責任之方式生活而不會再次犯罪，因此，提前釋放上訴人並不會對澳門的社會秩序帶來衝擊，亦不會妨礙公眾對被觸犯法律條文之效力所持有的期望。
24. 誠然，與其讓上訴人繼續在獄中服刑，不如給予其假釋並且附加條件，以盡早彌補犯罪所造成的損害，相信這亦是社會大眾所能夠理解並認同的。
25. 因此，提早釋放上訴人並不會使社會大眾無法接受並失去對有關當局能有效維持法律秩序的信心，亦不會影響社會的安寧，為此，已達到了一般預防的效果。
26. 我們必須了解刑罰之最後目的是協助犯罪者重返社會。
27. 正如 貴中級法院於第 899/2015 號上訴案的合議庭裁判中指出：“假釋並不是刑罰的終結。它的最有效的作用就是在罪犯完全被釋放之前的一個過渡期讓罪犯能夠更好地適應社會，而完全的融入這個他將再次生活的社會。這種作用往往比讓罪犯完

全的服完所判刑罰更為有利。”

28. 上訴人清楚明白如獲假釋，其在假釋之考驗期間內必須嚴格遵守法律，否則假釋將會被取消，故給予上訴人假釋，給予其假釋之考驗期，對上訴人會返社會及重新適應社會將會有更大之幫助。
29. 因此，提早釋放上訴人，不會對維護法律秩序及社會安寧造成威脅，其已符合澳門《刑法典》第 56 條第 1 款 b) 項的規定。
30. 綜上所述，上訴人已具備澳門《刑法典》第 56 條第 1 款所規定給予假釋的所有要件，應給予其假釋之機會，故被上訴批示違反了澳門《刑法典》第 56 條第 1 款 b) 項之規定。

綜上所述，懇請尊敬的中級法院法官閣下接納本上訴，並裁定所主張之上訴理由成立，撤銷原審法院於 2021 年 2 月 13 日作出且載於卷宗第 46 至 48 頁之否決給予假釋之批示，並給予上訴人假釋；倘若認為有需要，同時命令課予其必須遵守閣下認為適宜的附加條件及義務。

檢察院對上訴人的上訴理由作出答覆：

1. 根據已證事實顯示，上訴人伙同他人假裝兌換現金，在酒店房間內緊箍前來兌換現金的被害人的頸部，之後將其捆綁，再取走被害人的財物據為己有，行為十分嚴重。
2. 在特別預防方面，本院認為上訴人在本案中以積極的態度服刑，並已感到後悔，本院相信其會以負責任的方式生活，不會再次犯罪。
3. 然而，在一般要件方面，上訴人並非本澳居民，在逗留本澳期間作出違反本澳法律的行為，顯示出上訴人的行為的不法性程度甚高。
4. 上訴人在案件中觸犯了「搶劫罪」，情節嚴重。與其他犯罪相比，

上訴人所觸犯的「搶劫罪」屬嚴重罪行，且十分普遍，對澳門社會治安、法律秩序、社會安寧及旅遊形象造成相當的負面影響。

5. 面對這類型的犯罪行為人，倘若仍給予其提早獲釋，公眾將會對本澳的法律失去信心，也會懷疑自己是否生活在一個安全的城市及懷疑自己的生命財產是否能得到法律的保護。可見，本案中，提早給予上訴人假釋，定必無法實現一般預防的需要。
6. 綜上所述，經考慮上訴人所實施的犯罪行為、其個人狀況及對社會所造成的影響，我們完全認同刑庭法官 閣下的立場，並認為上訴人的情況未能符合《刑法典》第 56 條第 1 款規定的實質要件，故此，上訴人的上訴理由明顯不成立，應予以駁回。

在本上訴審程序中，尊敬的助理檢察長閣下提交了法律意見。¹

¹ 其葡文內容如下：

Entendemos que não deve ser reconhecida razão ao recorrente A, por não estarem preenchidos, na íntegra, os pressupostos da aplicação da liberdade condicional.

Por força do art.º 56 n.º 1 do Código Penal de Macau, a concessão da liberdade condicional depende da coexistência do pressuposto formal e do pressuposto material.

É considerado como pressuposto formal da concessão da liberdade condicional, que o condenado tenha já cumprido dois terços da pena de prisão e no mínimo seis meses. Já o pressuposto material abarca a ponderação global da situação do condenado à vista da necessidade da prevenção geral e prevenção especial, sendo a pena de prisão objecto de aplicação da liberdade condicional quando resultar um juízo de prognose favorável do condenado em termos da aceitável reintegração do agente na sociedade e da defesa da ordem jurídica e da paz social.

Neste sentido, a aplicação da liberdade condicional nunca é feita pela lei com o carácter automático, ou seja, não é obrigatório aplica-la mesmo estando preenchido o pressuposto formal, tendo de mostrar-se satisfeito o pressuposto material.

Em relação à reintegração social do condenado, nunca podemos deixar de ponderar, mesmo que resulte um juízo de prognose favorável ao mesmo, em referência às circunstâncias da sua ressocialização, que “... se ainda aqui deve exigir-se uma certa medida de probabilidade de, no caso da libertação imediata do condenado, estes conduzir a sua vida em liberdade de modo socialmente responsável. Sem cometer crimes, essa medida deve ser a suficiente para emprestar fundamento razoável à expectativa de que o risco da libertação já possa ser comunitariamente suportado.” (Cf. Jorge de Figueiredo Dias, Direito Penal Português – As consequências Jurídicas do Crime, 2ª Reimpressão, §850).

Por outro lado, consta-se na fls. 154 das anotações do Código Penal de Macau dos Drs.

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗，並作出了評議及表決。

Manuel Leal-Henrique e Manuel Simas Santos o seguinte: *“Nas sessões de trabalho entre os representantes da Assembleia Legislativa e do Executivo discutiu-se amplamente a temática da liberdade condicional, tendo os deputados chamado à atenção para a necessidade de se imprimir maior rigor na aplicação do instituto.”*, citando o respectivo registo do relatório das Sessões, *“Ainda sobre a liberdade condicional, foram apresentadas desconcordâncias quanto ao estipulado no ..., e no nº 4, que consagra a concessão ope Legis da liberdade condicional na situação aqui regulada (in Relatório das Sessões)”*.

É evidente, em consonância com o vigente C.P.M., ser a última ponderação a influência à ordem jurídica e tranquilidade social trazida pela decisão da concessão da liberdade antecipada do condenado.

Analisados os autos, foi o recorrente, não residente de Macau, condenado na pena de prisão de 4 anos pela prática do crime de roubo qualificado, durante a sua permanência em Macau como turista, perturbando a ordem jurídica e a paz social desta R.A.E.M..

Apesar do comportamento adequado durante o período do cumprimento da pena de prisão, ou seja, do “bom comportamento prisional”, e é especulativo de aferir a intenção da reintegração social do recorrente, entendemos que não são preenchidos completamente os pressupostos da concessão da liberdade condicional, por não conseguirmos chegar a uma conclusão favorável ao recorrente, confiando que este, uma vez em liberdade, conduzirá a sua vida de modo socialmente responsável sem cometer crimes.

Além do mais, não podemos deixar de ter em conta a natureza e gravidade dos actos criminais cometidos uma vez que são sempre partes dos elementos de consideração de que o Tribunal a quo tem de curar, quer na fase de julgamento, quer na decisão da aplicação da liberdade condicional.

Em referência à natureza e à consequência jurídica de crime de Roubo praticado pelo recorrente, é evidente a gravidade do crime, o prejuízo para a segurança pública e a perturbação da tranquilidade social.

Como é do conhecimento geral a criminalidade, a quantidade e a influência negativa, relacionadas com os crimes contra o património e a segurança física constituem como riscos sérios para a segurança pública e a paz social relevando exigências de prevenção geral relativamente a este tipo de actividade ilícita.

In casu, tendo em consideração a realidade social de Macau e a rigorosa exigência da prevenção geral quanto ao tipo de crime praticado pelo recorrente, bem como a influência negativa que a liberdade antecipada do recorrente virá trazer para a comunidade, nomeadamente, o prejuízo da expectativa da eficiência das leis, temo de afirmar que a concessão da liberdade condicional seria, muito provavelmente, incompatível com a ordem jurídica e a paz social, nos termos do disposto nº 56 nº 1 do C.P.M..

Pelo exposto, concordando como doutamente exposto na resposta à motivação do recurso, não conseguimos chegar a uma conclusão favorável ao recorrente para lhe conceder a liberdade condicional, por não vermos que as condições em que o recorrente se encontra encontrem eco no disposto do art.º 56 nº 1 do C.P.M..

Concluindo, entendemos que deve ser rejeitado o recurso interposto por improcedente.

一、事實方面

本院認為，案中的資料顯示，下列事實可資審理本上訴提供事實依據：

- 上訴人 A 在第三刑事法庭合議庭普通刑事案第 CR3-18-0369-PCC 號因以直接共同正犯及既遂方式觸犯一項由澳門《刑法典》第 204 條第 2 款 b 項、結合同一法典第 198 條第 1 款 a 項及第 196 條 a 項所規定及處罰之「加重搶劫罪」而被判處 4 年實際徒刑，並須與同案被判刑人以連帶責任方式向被害人支付港幣 46,000 元及人民幣 4,600 元之賠償金。
- 判決已生效，現正在服刑，上訴人將於 2022 年 6 月 13 日服完全部徒刑，並且已於 2021 年 2 月 13 日服滿了 2/3 刑期。
- 監獄方面於 2021 年 1 月 5 日向刑事起訴法庭提交了假釋案的報告書（其內容在此視為全部轉錄）。
- 上訴人 A 同意假釋。
- 刑事起訴法庭於 2021 年 2 月 13 日的批示，否決了對 A 的假釋。

二、法律方面

上訴人認為已經符合假釋的條件，否決假釋的決定違反了《刑法典》第 56 條的規定。

《刑法典》第 56 條規定：

“一.當服刑已達三分之二且至少已滿六個月時，如符合下列要件，法院須給予被判徒刑者假釋：

- a) 經考慮案件之情節、行為人以往之生活及其人格，以及於執行徒刑期間在人格方面之演變情況，期待被判刑者一旦獲釋，將能以

對社會負責之方式生活而不再犯罪屬有依據者；及
b) 釋放被判刑者顯示不影響維護法律秩序及社會安寧。

二. 假釋之期間相等於徒刑之剩餘未服時間，但絕對不得超逾五年。
三. 實行假釋須經被判刑者同意。”

從這個規定看，是否批准假釋，除了要符合形式上的條件（服刑已達三分之二且至少已滿六個月）以外，集中在要符合特別及一般犯罪預防的綜合要求的實質條件上。

在特別的預防方面，要求法院綜合罪犯在服刑過程中的表現，包括個人人格的重新塑造，服刑中所表現出來的良好的行為等因素而歸納出罪犯能夠重返社會、不會再次犯罪的結論。

而在一般預防方面，則是集中在維護社會法律秩序的要求上，即是，綜合所有的因素可以讓我們得出罪犯一旦提前出獄不會給社會帶來心理上的衝擊，正如 Figueiredo Dias 教授的觀點，“即使是在對被判刑者能否重新納入社會有了初步的肯定判斷的情況下，也應對被判刑者的提前釋放對社會安定帶來嚴重影響並損害公眾對被觸犯的法律條文的效力所持有的期望的可能性加以衡量和考慮，從而決定是否應該給予假釋”；以及所提出的，“可以說釋放被判刑者是否對維護法律秩序及社會安寧方面造成影響是決定是否給予假釋所要考慮的最後因素，是從整個社會的角度對假釋提出的一個前提要求。”²

那麼，我們看看上訴人是否符合假釋的條件。

在獄中，上訴人空閒時參與天主教活動、閱讀書籍報刊、做運動及與倉友聊天。曾申請參與小學回歸教育課程，但沒有被批准。亦曾申請參與洗衣職訓、廚房職訓及麵包西餅職訓，但因為健康狀況而不批准參與。上訴人在獄中並沒有違反規則，行為總評價為“良”，被列為“信任類”。獄方的社工及監獄長都對上訴人的假釋申請提出肯定的意見。這說明，上訴人在服刑期間的表現顯示出他在人格方面的演變已向良好

² In Direito Penal Português, Ao Consequências Jurídicas do Crime, 1993, pp. 538-541.

的方向發展，甚至可以認為上訴人在犯罪的特別預防方面可以得出對他的提前釋放有利的結論。

然而，正如我們一直認為的，囚犯的犯罪後的表現，尤其是在服刑期間在主觀意識方面的演變情況顯示出有利的徵兆，亦不是當然地等同於假釋出獄後不會對社會安寧及法律秩序造成危害。這不單取決於其本人的主觀因素，而更重要的是考慮這類罪犯的假釋所引起的消極社會效果，假釋決定使公眾在心理上無法承受以及對社會秩序產生一種衝擊等負面因素。

誠然，我們一直強調，必須在犯罪預防的兩個方面取得一個平衡點，一方面，假釋並不是刑罰的終結，它的最有效作用是在罪犯完全被釋放之前的一個過渡期讓罪犯能夠更好地適應社會，而完全的融入這個再次生活的社會。另一方面，法院不能過於要求一般預防的作用而忽視了特別預防的作用以至於人們產生某些罪行難以假釋的錯誤印象。而在本案中，上訴人非為澳門居民，並以旅客身份來澳實施對賭場周邊活躍人士的搶劫罪，從其犯罪的“反社會”性來看，一般犯罪預防方面對於澳門這個以旅遊博彩為主要經濟模式的城市來說有著更高、更嚴格的要求，對此類行為在足以使公眾的心理承受能力能夠接受對此類犯罪之前，尤其是，在短短兩年多的獄中服刑期間，囚犯沒有更出色的表現以消磨其犯罪行為給這個社會帶來的影響之前，提前釋放確實是對社會、法律秩序帶來另外一次嚴重的衝擊，單就犯罪的一般預防的因素，就已經決定了上訴人還不具備所有的假釋條件，法院還不能作出假釋的決定，其上訴理由不能成立，被上訴的決定應該予以維持。

三、決定

綜上所述，本合議庭決定判處上訴人 A 的上訴理由不成立，予以駁回。

上訴人需支付本案訴訟費用，並且支付 4 個計算單位的司法費。

確定上訴人的委任辯護人的費用為 1500 澳門元，由上訴人支付。

澳門特別行政區，2021 年 4 月 22 日

蔡武彬 (裁判書製作人)

陳廣勝 (第一助審法官)

譚曉華 (第二助審法官)